

# Relações públicas nos movimentos populares

Cicilia M. Krohling Peruzzo \*

## CONTRADIÇÕES E MUDANÇAS

Para falar de relações públicas nos movimentos populares vou antes situar, mesmo que de modo sucinto, o contexto onde serão compreendidas. Vou falar de Brasil de setembro de 1988, antes da promulgação da nova Constituição.

Nosso país tem grandes potencialidades e riquezas. Nele temos manifestações de prosperidade, de elevado desenvolvimento tecnológico e industrial, mas também de muito atraso tecnológico e muita miséria no campo social. Enfim, os contrários juntos: somos a 8ª economia capitalista mundial e a 56ª em qualidade de vida. Da população economicamente ativa enquanto os 1% mais ricos consomem 14,4% da renda nacional, os 50% mais pobres consomem 13% da renda nacional<sup>1</sup>. O salário mínimo no Brasil hoje é de aproximadamente 59 dólares, o mais baixo de sua história e da América Latina. São cerca de 18 milhões de trabalhadores que recebem um salário-mínimo mensal, quantia declaradamente insuficiente para suprir as necessidades essenciais à vida do trabalhador e de sua família. Sem contar os desempregados e subempregados. De fato a carência é generalizada. Falta desde alimentação, moradia, até educação e acesso a atividades culturais e de lazer. Os trabalhadores vêm sendo empobrecidos e são a maioria da população. Isso em contradição com a menor parcela da população, que desfruta das benesses da riqueza e do acesso à escolaridade de alto nível.

São antagonismos que têm a ver com as relações sociais desiguais inerentes ao próprio modo de produção capitalista e com a

\* Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Autora do livro *Relações públicas no modo de produção capitalista* (São Paulo, Summus Editorial, 1986).

dinâmica internacional do capital que controla a tecnologia, os recursos financeiros, setores da produção e do comércio.

Como os interesses são divergentes, as classes se organizam para preservar seus próprios interesses. Nesse processo, a burguesia constitui sua estrutura de poder alicerçada na propriedade privada, na cultura burguesa e na estrutura de poder político. Mas, não tem dado conta de corresponder aos interesses de todas as classes. No conflito têm prevalecido os interesses de facções das classes dominantes. A burguesia vem tomando medidas mais para se proteger e não para resolver os problemas na sociedade. Em 1964 dá o golpe, depois reprime, mata, exila, muda o texto da lei, censura, informatiza a produção, permite uma "democracia restrita", a concentração da terra e da renda, adia eleições diretas para presidente, não moraliza a aplicação dos recursos públicos, não faz a reforma agrária etc. Não ataca os problemas estruturais, adia-os. Distribui leite ensacado sem possibilitar a criação da vaca leiteira.

Em meio a tudo isso e a outras nuances das condições concretas de existência de grande parte da população brasileira, o desencanto foi crescendo e a reação popular florescendo.

Para a defesa de seus interesses, setores das classes subalternas, que por muitos anos foram impedidos de exercer os direitos de cidadania, passam a se organizar, denunciar, resistir e reivindicar. Vão se constituindo no Brasil inteiro, nas décadas de setenta e oitenta, milhares de novos movimentos e organizações populares. São movimentos por saúde, por transporte coletivo, associação de moradores, pastorais sociais, federações de associações de moradores, centros de educação popular, oposições sindicais e muitos outros. E não surgem tão-somente devido à deterioração das condições de vida. Surgem tanto pelas condições objetivas de espoliação das classes subalternas quanto pelo crescimento da compreensão popular das condições imediatas de existência, compreensão da necessidade de articulação coletiva para se ter força nas reivindicações, pelo momento político mais amplo de abertura e pelo respaldo encontrado na sociedade civil por parte de instituições desfrutadoras de credibilidade social.

Os novos movimentos populares surgidos na história recente do Brasil são criação da sociedade civil. São embriões de contracriação popular:

a) Forjam a cidadania, ou seja, vêm alterando o cotidiano uma vez começando a participar politicamente, e ainda alteram a própria forma de participação mediante a gestão popular dos núcleos administrativos e das assembléias como fórum de decisões.

b) Criam novos valores como a noção de democracia, de igualdade e de direitos coletivos<sup>2</sup>.

c) Vêm constituindo novas estruturas sociais, ou seja, núcleos de socialização (exemplo: clube de mães), núcleos culturais (exemplo: grupo de cultura negra), núcleos econômicos (exemplo: cooperativa de produtores), núcleos administrativos (exemplo: associação de moradores) e núcleos políticos (exemplo: conselho popular)<sup>3</sup>.

Tudo isso indica um movimento profundo de mudança por dentro da sociedade. Põe em cheque a estrutura da sociedade e a situação conjuntural. É claro que essas manifestações das classes trabalhadoras não são monolíticas no conjunto da sociedade, mas se dão na relação de luta de classe. Como tal se contrapõem aos mecanismos da estrutura de poder controlada pela burguesia.

## RELAÇÕES PÚBLICAS POPULARES

É no movimento de contracriação popular, nessa sociedade em mudança, que relações públicas populares e as demais especialidades da comunicação social podem servir aos interesses das classes trabalhadoras <sup>4</sup>.

Nessa perspectiva as relações públicas são novas, na contramão. Não basta transpor para o popular as relações públicas que sobejamente a burguesia desenvolveu. Há que alterá-las, modificá-las e recriá-las.

No campo popular, para poderem ser instrumento de libertação, serão alicerçadas por novos fundamentos. A concepção de mundo que as orientam reconhece a sociedade como contraditória e a necessidade de transformá-la construindo outra nova, igualitária. Seu objetivo geral passa a ser contribuir para a conquista das reivindicações concretas das classes trabalhadoras e para a constituição de nova hegemonia na sociedade. Muda também a metodologia: inserida na concepção libertadora de educação, vai favorecer a conscientização, a ação coletiva, a organização, a autonomia e um conteúdo político novo. Isso implica não se cair no paternalismo, praticar a democracia, respeitar a dinâmica interna dos movimentos e organizações populares com seus limites, suas necessidades e interesses. Implica democratização do saber técnico e favorecer a ação partilhada e não individualizada. Implica estar também o técnico aberto a aprender.

## INTERDISCIPLINARIDADE

As relações públicas populares se realizam no processo de ação concreta dos movimentos populares e imbricadas com outras áreas da comunicação e do conhecimento. No campo popular é muito difícil isolar as atividades de comunicação em relações públicas, em jornalismo etc. Aqui se fala e se pratica comunicação. É muito difícil também separar comunicação de serviço social, de sociologia, de política etc. Essas coisas se constituem reciprocamente. Não se sobrepõem umas às outras, mas se complementam, embora conservem suas especificidades. Nos movimentos populares há espaço para todas as áreas do conhecimento que têm o seu que fazer numa ação conjugada. De fato o real não se constitui fragmentariamente. É uma totalidade. Mesmo as partes são totalidades. Por vezes, nós é que somos educados a ver o real de forma fragmentária.

## ATIVIDADES POSSÍVEIS

As relações públicas na contramão têm várias possibilidades de contribuir no processo de consciência, organização, ação e articulação das classes subalternas, seja em oposições sindicais, sindicatos de trabalhadores, centrais sindicais, associações de moradores, associações de favelados, clubes de mães, comissões de direitos à moradia, pastoral operária, pastoral da terra, centros de defesa de direitos humanos, institutos de assessoria e educação popular, movimento negro, movimento feminista, movimento dos sem-terra, movimento ecológico, partidos políticos de esquerda etc.

Nesse contexto suas técnicas podem favorecer<sup>5</sup>:

a) Levantamento do conjunto da situação enquanto subsídios para a ação de comunicação a ser implementada.

b) A obtenção de informações para os movimentos populares e sua efetiva democratização dentro dos mesmos.

c) O incremento da comunicação e articulação no próprio movimento e dele para com outros movimentos correlatos.

d) O estabelecimento e cultivo de relacionamento adequado com os organismos da sociedade civil: meios de comunicação de massa, igrejas, entidades de assessoria, associações etc., bem como com especialistas como engenheiros, jornalistas e pedagogos.

e) O estabelecimento e cultivo de relacionamento adequado com os partidos políticos, assembléia legislativa, câmara de vereadores, órgãos do poder executivo e do poder judiciário.

f) O planejamento do processo de comunicação.

g) A produção de faixas, cartazes, jornais murais, boletins, programas radiofônicos, releases, correspondência, seqüência de slides, vídeo etc.

h) A organização de eventos culturais, educativos e de lazer, tais como exposições artísticas, peças teatrais, cursos, seminários, torneios, festas, gincanas etc.

i) A preparação e aplicação de pesquisas de opinião.

j) A escolha de meios adequados para encaminhamento das reivindicações aos órgãos competentes.

l) A preparação de programas que favorecem a mobilização popular.

m) A preparação de reuniões e entrevistas coletivas.

n) A documentação das experiências para registro histórico da história das classes subalternas.

Essas são algumas das possibilidades do emprego de técnicas de relações públicas no campo popular. É claro que sempre de acordo com os objetivos, necessidades e interesses de cada organização ou movimento popular e num trabalho conjugado com as demais especialidades do saber.

As técnicas de comunicação nem sempre têm sido suficiente e adequadamente aplicadas pelas organizações das classes subalternas.

Além de, por vezes, se explorar pouco a comunicação, ela tem sido feita de forma demasiadamente amadorística. Em geral as ações

de comunicação são tópicas e sem preocupação com a continuidade ou cultivo de processos comunicativos, seja ao nível da mobilização ou do relacionamento na sociedade. No entanto, parece que já existe um despertar para a necessidade da competência e não só boa vontade e muita garra.

Os objetivos globais das relações públicas ao participarem das batalhas dos setores organizados das classes subalternas estão no patamar dos próprios objetivos dessas classes, quais sejam:

a) A satisfação das necessidades imediatas ao nível do acesso à riqueza da sociedade, seja a melhoria nas condições de moradia, a instalação do posto médico, a melhoria salarial etc.

b) A conquista da cidadania: participação política efetiva e na riqueza da sociedade.

c) A constituição de identidade cultural ou hegemonia no conjunto da sociedade.

Tais objetivos confluem ao nível das especificidades. Por exemplo, nos sindicatos de trabalhadores, perpassando as atividades cotidianas, podem ser desde a melhoria das relações com os públicos externos, como a imprensa, a produção de vídeos, preparação de eventos, publicações, campanhas e a promoção de relacionamento maior dos trabalhadores com o seu sindicato <sup>6</sup>.

## CONQUISTA DE ALIADOS

Uma das contribuições das relações públicas populares que vou destacar é sua potencialidade em auxiliar na conquista de aliados.

Por serem parte do processo de contra-criação das classes subalternas, as movimentos populares não participam com poder decisório e nem têm domínio dos grandes meios disponíveis capazes de promover a educação pública, de legislar, de administrar, de influenciar a opinião pública etc. Sendo assim, necessitam ir conquistando apoio e espaços para poderem constituir seu poder ou hegemonia na sociedade. Esse apoio pode significar acesso a informações, não-pancadaria no ato público, melhoria no atendimento do posto médico, prestação de serviço como assessoria técnica especializada, cobertura jornalística séria, esclarecimentos levados até as cúpulas decisórias, e com isso a facilitação de audiências públicas e negociações etc.

Conforme as situações específicas, os aliados podem ser movimentos populares correlatos, organizações da sociedade civil ou pessoas individualmente, tais como profissionais especializados em direito, medicina, jornalismo, ciência política etc.

## CAMPOS DE AÇÃO

Relações públicas na perspectiva popular são possíveis em três campos. O primeiro campo de atuação é o trabalho engajado em movimentos e organizações populares enquanto membro e/ou asses-

soria que coloca seus conhecimentos a serviço, sem vínculo empregatício. O segundo é o trabalho profissional em organizações de sociedade civil pautadas com os interesses dos trabalhadores: sindicatos, centros de defesa de direitos humanos, institutos de assessoria e educação popular etc. E o terceiro campo de atuação é no trabalho profissional cotidiano, seja em empresa privada, órgãos públicos ou qualquer outra instituição da sociedade civil e política, ocupando espaços abertos pelas contradições, contribuindo com ações concretas que auxiliem a luta das classes subalternas. Isso requer o conhecimento dos limites e exige maturidade e clareza política. Aí é possível facilitar o acesso a informações, favorecer a participação, não praticar o paternalismo, incentivar a organização, incrementar programas educativos (exemplos: em relação ao meio ambiente, ao trânsito, à saúde, aos direitos do consumidor, aos direitos do contribuinte), melhorar o atendimento ao público, interferir para que reivindicações sejam atendidas, fazer ver aos patrões que os grevistas são trabalhadores em busca de melhores condições de vida, e várias outras possibilidades que se colocam conforme as especificidades de cada instituição.

Relações públicas populares dizem respeito à questão da apropriação pela classe trabalhadora de instrumentos que possam auxiliá-la no processo de conquista de sua cidadania em plenitude. É questão de compromisso político, de relação orgânica com a classe trabalhadora. É questão de compromisso filosófico com a capacidade de crescimento integral do homem e da espécie humana.

#### NOTAS

1. E. M. Suplicy, "Brasil campeão da desigualdade", *Folha de S. Paulo*, 01/07/87, p. A. 22.
2. Cícilia Peruzzo M. K. e Dilvo Peruzzo. *Sociedade civil: o despertar de mudanças — estudo das organizações macrossetoriais no Espírito Santo*, Vitória, 1987 (mimeo.).
3. Essa noção da construção de novas estruturas sociais pelos movimentos populares foi explicitada por Piragibe Castro Alves no Curso "Movimento Popular e Participação Política na Sociedade", realizado nos dias 10 e 11 de agosto de 1988.
4. Classes trabalhadoras são entendidas aqui no seu sentido amplo, englobando aqueles que trabalham.
5. Cícilia M. K. Peruzzo, *Relações públicas no modo de produção capitalista*, 3 ed., São Paulo, Summus, 1988, p. 128.
6. Margarida M. K. Kunsch, "Propostas alternativas de relações públicas", *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, INTERCOM, n.º 57, 1987, pp. 48-58.